PODER DE BARGANHA E GASTOS COM EDUCAÇÃO[1]

Henrique Mesa Casa da Cruz[2], Marcos Vinicio Wink Junior[3], Fernando Pozzobon[4]

[1] Vinculado ao projeto "Políticas públicas e o desempenho escolar na educação básica"
[2] Acadêmico (a) do Curso de Ciências Econômicas – ESAG – Bolsista PROBIC/UDESC
[3] Orientador, Departamento de Ciências Econômicas – ESAG - marcos.winkjunior@udesc.br
[4] Professor do Departamento de Ciências Econômicas – ESAG - fernando.esag@gmail.com

Existe uma ampla literatura empírica sobre a relação entre o poder de barganha dos membros e as decisões familiares. A partir da avaliação de um programa de transferência de renda na África do Sul, Duflo (2003) encontra evidências de que o impacto da política depende do gênero do beneficiário. Pensões recebidas por mulheres tendem a ter efeito sobre os níveis antropométricos das crianças, especialmente do sexo feminino. Já, quando o benefício é recebido por pessoa do sexo masculino, não há evidência de qualquer impacto.

No entanto, há uma escassez de pesquisas sobre o papel da desigualdade de gênero na formação de resultados individuais, especialmente na determinação dos gastos das famílias com a educação dos filhos, que tem sido considerado um dos mais importantes preditores da capacidade de ganho de um indivíduo mais tarde na vida.

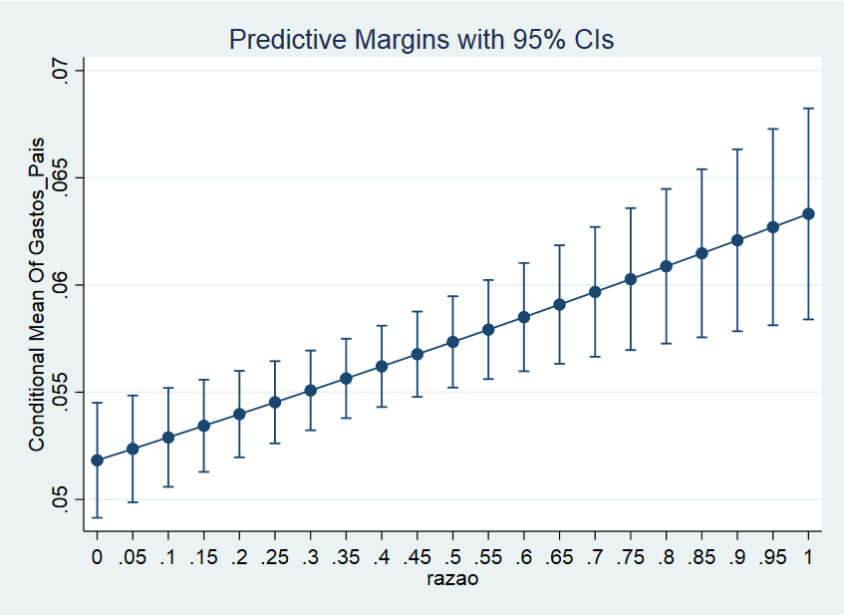
Sob essa perspectiva, o objetivo do presente estudo é analisar o impacto do poder de barganha das mulheres, dentre os domicílios brasileiros, sobre os gastos com educação das famílias. Em outras palavras, busca-se verificar se um incremento na participação da mulher no orçamento familiar leva a um aumento nos gastos com educação.

Para tal, serão utilizados modelos do tipo logit e probit com regressão fracional. Os modelos fracionais são adequados quando a variável dependente é uma fração e assume valores entre zero e um, podendo também assumir os valores nas extremidades. A estimação envolve a utilização de estimadores de quase máxima verossimilhança. A principal vantagem de utilizar estimadores de quase máxima verossimilhança é que não há a necessidade de conhecer a real distribuição de todo o modelo para obter estimadores consistentes.

Além da variável que expressa o poder de barganha da mulher, utilizou-se como variáveis de controle a situação regional (urbano ou rural) do domicílio, a escolaridade dos pais, a idade dos pais, uma *dummy* para o gênero do estudante e uma *dummy* que indica a presença de estudante de ensino médio no domicílio. Os dados utilizados foram retirados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), correspondente aos anos 2017-18.

Os resultados preliminares indicam que o poder de barganha da mãe exerce um efeito positivo e estatisticamente significativo sobre os gastos com educação da família. Além disso, percebe-se que o efeito não é significativamente diferente para estudantes dos gêneros masculino e feminino. Dessa forma, políticas públicas de transferência de renda que beneficiem as mães podem gerar maior impacto sobre a educação dos filhos. Por fim, o Gráfico 1 mostra os resultados dos efeitos marginais por nível de poder de barganha.

Gráfico 1 – Efeitos marginais por nível de poder de barganha



Fonte: Elaboração própria, 2022